

AS MIGRAÇÕES SELETIVAS: UMA RESPOSTA À CRISE?¹

André FISCHER²

Durante toda a primeira fase do “Aménagement du territoire”³ na França, fase na qual a indústria exerce um papel maior no “aménagement”, a política territorial dominante é aquela da descentralização em proveito dos espaços periféricos atrasados ou em crise. O princípio fundamental sobre o qual se apoia esta política territorial é aquele de ajuda à dispersão geográfica dos investimentos, portanto dos empregos, para permitir aos ativos “trabalhar e viver no interior”.

Em 1979, em discurso pronunciado em Lyon, o Primeiro Ministro de então declara que, considerando-se a crise, doravante seria necessário favorecer a mobilidade dos ativos em direção aos empregos, portanto, essencialmente, para as metrópoles e grandes aglomerações onde se criam a maior parte dos empregos novos.

Visto pelo prisma dos movimentos migratórios, a mudança na ação territorial dos poderes públicos é considerável porque passa de uma política de dispersão espacial dos capitais a uma política, raramente exprimida de maneira explícita, de concentração geográfica dos empregos em proveito dos centros urbanos mais dinâmicos. Desta maneira, esta mudança afeta

¹ Trabalho apresentado no *Simpósio Internacional “Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais”* realizado na FFLCH/USP, em São Paulo, entre 19 e 25 de abril de 1999. O trabalho, com a ausência do autor, foi apresentado por Eliseu Savério Sposito (geógrafo da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente) que também fez esta tradução.

² Professor emérito, Université de Paris I, Sorbonne-Panthéon (Institut de Géographie e CRIA – Centre de Recherches sur l’Industrie et l’Aménagement).

³ A palavra *aménagement* não tem tradução exata em português. Ela refere-se a um conceito muito utilizado na Ciência Regional e na Geografia francesas e refere-se às políticas de intervenção espacial que marcaram a França depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil, para se referir ao *aménagement*, é frequentemente utilizada a palavra *planejamento*. Nos países de língua inglesa, utiliza-se *planification*. O melhor sentido, ao nosso ver, em português, seria expresso pela palavra *arrançamento*. No entanto, como é mais importante o conceito do que a palavra, acreditamos que, mantendo a expressão original, já bastante conhecida pelos geógrafos brasileiros, estaremos mantendo também a intenção do autor.

prioritariamente a parte da população ativa mais sensível às mudanças qualitativas da atividade econômica, ou seja, os ativos mais qualificados.

Rapidamente, durante os anos oitenta, as migrações seletivas dos ativos se desenvolvem, em relação com os fenômenos de segregação qualitativa das atividades introduzidas na maior parte dos espaços geográficos pela inovação tecnológica e seu corolário, a metropolização. Tanto para as empresas como para os espaços-territórios, as migrações seletivas tornam-se um instrumento de ajuste aos efeitos da crise.

As reflexões que se seguem, a propósito da compreensão e da explicação dessas migrações seletivas, fundamentam-se nas tendências dominantes que caracterizam a evolução contemporânea dos ativos industriais.

1. A mudança do sistema produtivo e seus efeitos

Entre os anos setenta e oitenta assiste-se a um declínio rápido do sistema de produção fordista e a um crescimento não menos rápido do sistema de produção flexível. As mudanças que acompanharam esta tendência são particularmente manifestadas nos seguintes domínios: as estruturas internas das empresas, a natureza e o grau de qualificação dos empregos, a localização geográfica dos estabelecimentos, a repartição territorial das diversas categorias de ativos. Para compreender por que a mobilidade dos ativos se acentua e por que ela se torna mais e mais seletiva, é necessário entrar nos detalhes dos sistemas de produção e de sua evolução.

A grande dimensão, as unidades econômicas e técnicas, a concentração funcional e a internalização das funções, o recurso às benfeitorias do Estado-providência... são alguns dos dogmas tradicionais do sistema de produção fordista. A importância das grandes empresas e sobretudo dos grandes estabelecimentos traduz-se por uma longa tradição de relativa inércia espacial (a transferência espacial do estabelecimento é frequentemente a última medida de ajustamento realizada para salvar a atividade, o que fez crescer até à perenidade os fatores de localização!). Bem antes dos anos oitenta, a procura de soluções aos problemas de custo do trabalho empurrou as empresas a utilizar mão de obra mais barata, daí a realização do duplo movimento geográfico da deslocalização (em direção aos países do Terceiro Mundo no quadro da Divisão Internacional do Trabalho) e da descentralização (no quadro das políticas nacionais de planejamento em favor das regiões periféricas). Estes dois movimentos vão

se acelerar consideravelmente com a crise do sistema fordista e com a emergência rápida do sistema de produção flexível.

O sistema flexível traduz-se, com efeito, por algumas mudanças radicais tais como: a passagem de uma lógica dominante com características industriais a uma lógica dominante de tipo financeiro, o surgimento dos dogmas da pequena dimensão – da especialização funcional – da externalização das funções – do desenvolvimento das relações horizontais com o meio de implantação... Mas sobretudo o sistema de produção flexível impõe uma mudança radical em matéria de exigências de funcionamento das empresas e dos estabelecimentos; é esta mudança, ligada à inovação tecnológica e à adoção das tecnologias novas, que vai nos permitir melhor compreender o problema geral das migrações seletivas e de seu significado.

O rompimento estrutural e funcional das firmas é a primeira manifestação maior do novo sistema de produção: o primeiro se exprime pela multiplicação das pequenas unidades especializadas; o segundo conduz a uma distinção crescente feita entre as atividades do peri-produtivo a montante - as atividades de produção *stricto sensu* - e as atividades do peri-produtivo a jusante. Desde então, os processos de produção e sua relação com o espaço geográfico mudaram consideravelmente. A emergência dos processos de produção discretos, característica da inovação tecnológica, traduz-se, para as grandes empresas com múltiplos estabelecimentos, por uma generalização da disjunção funcional, da segmentação técnica do trabalho, da divisão social e espacial do trabalho. Os estabelecimentos sendo especializados, no plano funcional, sua mão de obra tende a uma certa unicidade em relação às tecnologias implantadas, enquanto que o desenvolvimento de novas relações com o meio de implantação através da sub-contratação, as sinergias, as parcerias... mas também através do recurso sistemático às externalidades de serviço ofertadas pelo meio local e regional.

Exprimidos em termos de tendências dominantes, os resultados geográficos deste espalhamento interno das firmas são atualmente bem conhecidos: de um lado, uma mobilidade espacial consideravelmente aumentada (e facilitada pela planificação descentralizada e pela ubiquidade das externalidades de serviço); por outro lado, uma concentração geográfica das funções e das atividades mais sofisticadas nos níveis superiores das hierarquias urbanas regionais e nacionais enquanto que as funções e atividades banais, frequentemente fortemente estandarizadas, têm tendência sobretudo a se dispersar nos espaços periféricos que dispõem de reservas de mão de obra barata. Em outras palavras, a contradição entre estes dois movimentos geográficos com bases qualitativas (de funções, de atividades,

de mão de obra, de tecnologias), pode-se dizer que o sistema de produção flexível gera importantes segregações qualitativas no espaço geográfico.

A fragmentação dos mercados de trabalho e de emprego constitui a segunda manifestação maior da ocorrência do novo sistema de produção. A inovação tecnológica e as novas tecnologias têm, ao mesmo tempo, tornado obsoletas a maior parte dos *savoir-faire* tradicionais, provocando a desqualificação de um grande número de empregos e gerando o aparecimento de múltiplas especializações novas traduzindo uma evolução global do trabalho em direção cada vez mais à terciarização, mais intelectualização, mais qualificação. Em todas as velhas áreas industriais da Europa Ocidental e na maior parte dos ramos de atividade tradicionais, esta evolução provocou o desaparecimento de dezenas de milhares de empregos; por toda parte. Por isso, a necessidade imposta é requalificar ou qualificar os homens multiplicando os meios e as estruturas de formação. Simultaneamente, o novo sistema de produção busca tornar igualmente mais flexível o trabalho, portanto os empregos e os homens. Par obter esta flexibilização do trabalho, a "arma absoluta" desenvolvida pelo sistema é aquela da precarização do trabalho, sob todas as formas: desemprego, viveiros de mão de obra altamente qualificada, reservas de mão de obra com fraca qualificação, empregos temporários, trabalho em tempo parcial, contratos com duração limitada, interinidades etc.

O resultado da combinação entre a renovação incessante das tecnologias e a precarização generalizada do trabalho está claro: os homens devem satisfazer ao mesmo tempo a obrigação de mobilidade profissional (é necessário estar apto a mudar muitas vezes de emprego durante sua vida ativa) como a obrigação de mobilidade espacial (é preciso estar apto a se deslocar para os empregos oferecidos). Esta dupla mobilidade vai ser, implicitamente para os poderes públicos e explicitamente para as empresas, utilizada, por intermédio das migrações seletivas, para realizar um dos grandes objetivos políticos do "aménagement": o ajustamento espacial e funcional entre as áreas de empregos (oferta de trabalho) e as áreas de mão de obra (a demanda de trabalho).

Um balanço dos efeitos recíprocos do espalhamento interno das grandes empresas e do espalhamento do trabalho faz aparecer, no espaço geográfico, um resultado que não pode ser negligenciado: as empresas têm doravante tendência a realizar a adequação mais estreita possível entre a tecnologia que elas querem operacionalizar e o nível de qualificação da força de trabalho que elas querem empregar; esta adequação se realiza cada vez mais segundo o princípio definido por Philippe Aydalot (1983): "uma função, uma tecnologia, uma mão de obra, um lugar". Desde então,

compreende-se melhor, de um lado, a importância das estratégias espaciais das empresas, e de outro lado, a importância do fenômeno das migrações seletivas dos ativos.

2. O ajustamento dos espaços geográficos

As atividades de alta tecnologia possuem exigências específicas em matéria de nível de qualificação da mão de obra, da informação, de externalidades de serviço, de fontes disponíveis, de relações com o meio...etc. Globalmente, estas exigências de funcionamento representam uma "combinatória" original que não poderia existir por todo o espaço geográfico mas que constitui um fator bastante discriminatório sobre o plano qualitativo. Por seu conteúdo e sua oferta, certos espaços são mais atrativos que outros, daí as diferenças qualitativas em matéria de atividades e de mão de obra empregada.

Aliás, no que concerne mais especificamente ao caso francês, é certo que o desenvolvimento muito rápido da descentralização administrativa, da planificação descentralizada e da transferência territorial de competências, durante os anos oitenta, teve como consequência direta uma aceleração da mobilidade espacial da oferta de externalidades de serviços, o que pesou fortemente nas relações entre os fenômenos de concentração espacial / dispersão espacial seletivas. Em outros termos, resultou uma acentuação das segregações qualitativas no espaço geográfico.

Com o sistema de produção flexível, os territórios são cada vez mais marcados pelo jogo contraditório dos movimentos de concentração espacial das funções e atividades sofisticadas e os movimentos de dispersão espacial das funções e atividades banais; as migrações inter-regionais ou internacionais dos ativos são, bem entendido, o reflexo fiel destas tendências geográficas estruturais.

Pode-se invocar muitos fatores explicativos para bem compreender o peso destas tendências. As diferentes categorias de funções não possuem as mesmas exigências e nem os mesmos comportamentos no espaço geográfico e as funções ligadas ao *peri-productivo* - aquelas que exigem mais recursos das externalidades - são cada vez mais numerosas e diversificadas com a inovação permanente. Os custos de localização são muito variáveis e podem provocar, por causa de sua importância, discriminações nas implantações de atividades. Os custos salariais e o custo da reprodução da força de trabalho podem ser um peso muito grande no custo total de produção; neste caso, não se deve considerar a implantação nos meios onde os custos de localização

são muito elevados em relação ao nível do valor agregado gerado pelas atividades concernentes. Dois fatores exógenos concorrem igualmente para reforçar a seletividade dos movimentos de concentração espacial: de um lado, o caráter cumulativo dos efeitos recíprocos das acumulações de poderes e de funções sobre os pontos fortes do território (é a verdadeira razão pela qual os poderes públicos franceses se recusam a bloquear o desenvolvimento da metrópole parisiense, por temor de enfraquecer a competitividade no quadro europeu); por outro lado, a tendência crescente dos poderes políticos e sobretudo financeiros em adotar os mesmos esquemas de concentração geográfica em proveito das principais metrópoles que os estados-maiores das grandes empresas (a realidade da *Déprise Régionale* está em contradição com os discursos sobre o arrançamento do território).

Tudo isto conduz a uma conclusão evidente: pelo nível de suas funções, a variedade de suas atividades, a diversificação das qualificações e dos *savoir-faires*, a riqueza dos equipamentos de todas as ordens, sua capacidade a concentrar as informações mais diversas... etc, as cidades e sobretudo as grandes cidades constituem os meios mais aptos a responder às exigências atuais de inovação e das atividades tecnologicamente avançadas. É em direção das cidades e sobretudo das grandes cidades, aquelas que oferecem um máximo de externalidades e de possibilidades de criação de relações locais e regionais, que se realizam as concentrações seletivas que marcam atualmente o espaço geográfico. Deste ponto de vista, o caso das metrópoles é realmente exemplar. Este assunto vai ser abordado mais adiante.

Antes, um comentário é necessário: existe uma alternativa ao ajustamento pelas concentrações de atividades e pelas migrações seletivas de ativos, a saber: o ajustamento pela transferência espacial dos dados realizado graças à ferramenta chamada informática. Nós fazemos aqui, bem entendido, referência ao formidável desenvolvimento atual do teletrabalho, que permite às empresas e coletividades realizar substanciais economias sobre os custos do trabalho (exemplos: a criação e a dispersão regional de centros de telesecretariado ao serviço da metrópole parisiense; a importância dos tratamentos de dados realizados para os países europeus pela Índia, Filipinas, Taiwan etc.).

As concentrações espaciais de funções e de atividades de alto nível, como as concentrações de ativos bastante qualificados se realizam, prioritariamente, em benefício das metrópoles.

O fenômeno metropolitano não corresponde a uma simples noção de importância demográfica. A metrópole é a grande cidade que concentra as

funções de alto nível e os poderes de decisão de naturezas diversas; é o organismo urbano capaz de suportar simultaneamente estratégias de controle de seus conteúdos (infraestruturas e equipamentos, fontes, informações, mão de obra qualificada, externalidades de serviços...), estratégias de relações inter-pessoais e de contatos diretos (tirando partido da proximidade espacial), estratégias de inovação contínua (graças à justaposição imediata das atividades sofisticadas, os ativos qualificados, as informações científicas e técnicas). A metrópole é, portanto, por excelência, o meio adaptado às exigências da flexibilidade.

Todavia, esta flexibilidade e esta capacidade de inovação permanente têm uma interface que "justifica" o caráter seletivo deste tipo de meio: a metrópole é um meio onde os custos de implantação e os custos de reprodução da força de trabalho são particularmente elevados. O peso dos custos pesa também para as empresas, que devem poder suportar mas também pagar os salários elevados da mão de obra, que devem ter os habitantes como referência, por seu nível de rendas, para pagar os aluguéis e os custos imobiliários elevados. Em termos dominantes, a metrópole é um meio concentrador das atividades e gerador de um forte valor agregado e empregando uma força de trabalho altamente qualificada; por esta última razão, a maior parte das metrópoles se distingue pela localização de "viveiros permanentes" nos quais as empresas põem sua força de trabalho conforme suas necessidades (o que permite regular o nível dos salários e manter a precarização do emprego).

A combinação das diversas características citadas anteriormente permite compreender uma outra particularidade das metrópoles, diretamente ligada ao fenômeno das migrações seletivas: o meio metropolitano é, por suas exigências, aquele que gera maior exclusão social, marginalização, segregação tanto social quanto geográfica (exemplos: a rejeição dos excluídos na periferia; a transferência das atividades banais para as periferias nacionais ou internacionais). Tudo se passa, portanto, como se o meio metropolitano funcionasse simultaneamente como uma "bomba aspirante" para as atividades sofisticadas e as forças de trabalho mais qualificadas, e como uma "bomba expulsiva" para as atividades e mão de obra banais.

Em matéria de ajustamento aos efeitos da crise, a problemática proposta pelas velhas áreas industriais da Europa Ocidental é bem diferente; entretanto, aí se encontra o peso e o papel das migrações seletivas.

Domínio por excelência das atividades tradicionais (carvão - minas - siderurgia - têxtil), as velhas áreas industriais da Europa Ocidental têm, desde os anos sessenta, acumulado todas as dificuldades da época contemporânea: declínio rápido das atividades industriais nascidas no século

XIX, obsolescência dos *savoir-faire* e desqualificação dos empregos de uma mão de obra particularmente abundante e frequentemente pouco qualificada, concorrência dos países do terceiro mundo para o trabalho pouco ou não qualificado, acumulação de crises sociais e urbanas ligadas à crise da economia regional, etc. Por toda a Europa, estas velhas áreas são particularmente sensíveis aos efeitos da crise do sistema de produção fordista e todas responderam mal às novas exigências do sistema de produção flexível.

Em todas essas regiões, uma mesma questão se coloca: como sair da espiral de crises cumulativas enquanto que tudo está por reconstruir, que o meio não é mais atrativo, que a capacidade de desenvolvimento endógeno é cada vez mais limitada?...

A resposta é quase sempre a mesma: falta atrair atividades sofisticadas e ativos altamente qualificados. Não é portanto assombroso constatar que as velhas regiões industriais em reconversão (Norte, Lorena, Saint-Etienne, Ruhr, Borinage, Midlands, Tyneside etc.) constituem, fora dos espaços metropolitanos, o segundo espaço de acolha dos tecnopolos. Mas então as migrações seletivas não são mais apenas sociais ou econômicas; elas são também geográficas porque esses tecnopolos se localizam estritamente além dos espaços metropolitanos (exemplos: Villeneuve - d'Asq e a metrópole de Lille; Dorstfeld e a aglomeração de Dortmund... etc.) enquanto que as atividades regionais dominantes se localizam sobre as bacias hulheiras-mineiras e depois nas zonas industriais-portuárias.

A segregação qualitativa dos empregos e o ajustamento geográfico pelas migrações seletivas não procedem unicamente da metropolização e da inovação tecnológica; os dois são consideravelmente reforçados pelos efeitos espaciais de localização dos sistemas de transporte em grande velocidade (do tipo rede ferroviária TGV).

Assim, também os cruzamentos das autoestradas, as estações de TGV, as estações de interconexão como as plataformas multimodais oferecem às empresas uma formidável renda de localização, permitindo o acesso direto aos transportes rápidos. Esses lugares, particularmente atrativos, vêem sobretudo se implantar atividades modernas aptas a pagar os custos de localização elevados; eles atraem igualmente uma mão de obra qualificada pela sua pertinência ao mundo das atividades tecnologicamente avançadas. Estes pontos fortes no território são, portanto, indiretamente, geradores de migrações seletivas ligadas às facilidades de acesso aos transportes rápidos.

Finalmente, a metropolização, a inovação tecnológica e os transportes de grande velocidade, que exprimem as reações "espontâneas" à crise, concorrem para acentuar as segregações qualitativas no espaço. É o mesmo que acontece no que concerne às ações do Estado e de suas coletividades?

3. *As estratégias territoriais públicas*

A passagem do sistema de produção fordista ao sistema de produção flexível impôs a obrigação de difundir a informação e de transferir as tecnologias no espaço geográfico. Todos os atores do território aí se empregam em graus diversos. O papel dos diferentes atores não é muito compreensível se não se tem em conta esta dupla obrigação.

As diferenças estando nitidamente marcadas entre os países europeus, nós nos referimos apenas ao exemplo francês para o estudo das ações territoriais do Estado e das diversas coletividades públicas.

O Estado é, bem entendido, garantia dos equilíbrios territoriais e das igualdades sociais; mas ele é também garantia da competitividade da economia no plano internacional. É bem verdade que, pelo menos no nível do discurso, a luta contra os desequilíbrios inter-regionais é um princípio fundamental das políticas de arrançamento do território; é ainda mais verdadeiro que o Estado não pôde evitar, sem dúvida por causa da globalização, que a rentabilidade das atividades e das localizações torne-se o paradigma maior das políticas de aménagement. É portanto sempre necessário distinguir muito bem o conteúdo do discurso político e a realidade das políticas implantadas: na prática os poderes públicos e também as empresas privadas, buscam reforçar os pontos fortes do território; eles participam portanto diretamente nas concentrações geográficas que acontecem em proveito das metrópoles-tecnopolos-eixos de transporte rápido.

A ambivalência caracteriza de maneira permanente a ação do Estado em relação aos territórios.

As políticas de descentralização industrial, conseqüentemente terciária, portanto administrativa, que se sucederam ao longo dos anos entre a década de 50 e o início dos anos 80, incontestavelmente concorreram para uma melhor repartição territorial das atividades e dos homens. Se os resultados obtidos assim não são muito discutíveis no plano quantitativo, os empregos foram criados e as competências públicas foram transferidas na província, o balanço em termos qualitativos abre o flanco à crítica porque os

movimentos de concentração geográfica das funções e das atividades sofisticadas, como a retirada do poder regional de comando, não pararam em benefício da metrópole parisiense e das metrópoles de província (daí o sentimento, frequente na França, que o aménagement do território sobretudo jogou Paris contra a província, por razões evidentes de competitividade no quadro europeu!).

Entretanto, após as crises da década de 70, o Estado desenvolve duas políticas específicas em favor do território, políticas suscetíveis de conduzir a melhores equilíbrios inter-regionais.

É, em primeiro lugar, a política bastante voluntarista de difusão espacial da informação cujo objetivo é dar a todos, qualquer que seja o lugar de implantação, possibilidades de acesso às informações econômicas-científicas-técnicas. Esta ação apoia-se, ao mesmo tempo, nos organismos específicos - como as Agências Regionais de Informação Científica e Técnica⁴ (ARIST, 1978) - como também nos pontos regionais da Agência Nacional para a Valorização da Pesquisa (ANVAR, 1980), e sobre a criação de redes territoriais de telecomunicações para a difusão dos dados (TRANSPAC, 1978) ou de imagens (TRANSFAX, 1983).

Em segundo lugar, há um esforço considerável realizado pelos poderes públicos para assegurar a transferência tecnológica, ao mesmo tempo, no conjunto da estrutura econômica e sobre o conjunto do território. O objetivo visado aqui é o de permitir a todas as empresas, qualquer que seja seu tamanho e sua localização, ter acesso à inovação tecnológica (exemplos: os Delegados Regionais para a Tecnologia (1980), os Centros Regionais de Inovação e de Transferência Tecnológica (1982), o Fundo da Pesquisa e da Tecnologia (1988)⁵.

Como explicar então a permanência das concentrações seletivas em proveito dos pontos fortes do território?

Não pode, para essa questão, haver uma resposta segura; nós nos limitaremos portanto às hipóteses. A passagem do fordismo à flexibilidade foi acompanhada, de um lado, do fim do Estado-providência; de outro lado, da emergência do modelo de desenvolvimento por baixo, enfim, de uma real retração territorial do Estado em favor das coletividades regionais e locais. Se a este novo contexto se adicionam os efeitos da mundialização, pode-se compreender que as coletividades de todos os níveis estão doravante em

⁴ No original: Agences Régionales à l'Information Scientifique et Technique.

⁵ No original: Délégues Régionaux à la Technologie (1980), Centres Régionaux d'Innovation et de Transfert Technologique (1982), Fonds de la Recherche et de la Technologie (1988).

concorrência direta no que concerne aos fatores de desenvolvimento localizado. E, como sempre em matéria de concorrência, as forças novas se acumulam sobre os pontos fortes do território, e esses pontos que tendem a se tornar mais fortes. Isto significa que o sistema de produção e o modelo de desenvolvimento atualmente dominantes estão em contradição com os objetivos apontados pelo aménagement do território.

No quadro desta concorrência tornada mais dura pela crise, o problema colocado para as coletividades regionais e locais é, aparentemente, simples: falta atrair as atividades modernas e tecnológicas porque elas representam a segurança de ter os recursos financeiros, de ver se criar os empregos novos, de provocar o desenvolvimento urbano. E pode-se dizer que por toda parte a estratégia de atração repousa sobre a mesma "política da cenoura" que consiste em colocar à disposição das empresas as externalidades, os equipamentos, as facilidades financeiras e fiscais, as ajudas diversas das quais têm necessidade para funcionar em boas condições de competitividade. Mas a "cenoura" não é do mesmo tamanho numa aglomeração milionária, numa pequena cidade regional ou numa das milhares de comunas francesas que contam ainda com menos de 1000 habitantes! Em outras palavras: há lugar para pensar que as segregações qualitativas e as migrações seletivas, modas de resposta à crise, irão se acentuando.

Finalmente: os territórios, no plano qualitativo, conhecem uma evolução dual na qual se opõem espaços muito ativos e espaços marginalizados e mais ou menos "deixados por conta". É preciso ver aí um resultado inevitável da crise e do novo sistema de produção?

Bibliografia

- AYDALOT, Ph. La division spatiale du travail. In: PAELINCK e SALLEZ (orgs.). *Espace et localisation*. Paris: Economica, 1983.
- BERNARDY, M. BOISGONTIER, P. (org.). *Le technopole*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BOUREILLE, B., GUESNIER, B. (org.). *Dynamique des activités et évolution des territoires*. Poitiers: ADICUEER, 1994.
- BRUNET, R., SALLOIS, J. (org.) France. *Les dynamiques du territoire*. Montpellier: DATAR/Gip RECLUS, 1986.
- CASTELLS, M. (ed.). *High technology, space and society*. Beverly Hills: Sage, 1985.

- FEDERWISCH, J., ZOLLER, H. G. (org.). *Technologies nouvelles et ruptures régionales*. Paris: Economica, 1986.
- FISCHER, A. *Industrie et espace géographique*. Paris: L'Harmattan, 1994.
- FISCHER, A., MALEZIEUX, J. (org.). *Industrie et aménagement*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- MALECKI, E. *Technology and economic development*. New York: Wiley, 1992.
- MASSEY, D. *Spatial division of labour. Social structures and the geography of production*. Londres: McMillan, 1984.
- PECQUER, B. (ed.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- SAVY, M., VELTZ, P. (org.) *Les nouveaux espaces de l'entreprise*. La Tour d'Aigues: Ed. De l'Aube / DATAR, 1993.
- SCOTT, J. A., STORPER, M. (ed.). *Production. Work. Territory*. Winchester: Unwin Hyman, 1986.
- THIREAU, V. *Les nouvelles dynamiques spatiales*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris: PUF, 1996.